

REVISTA DE
HISTÓRIAFFLCH-USP
1999CAPITALISMO E BUROCRACIA: ECONOMIA E
POLÍTICA NAS *RELAÇÕES AGRÁRIAS*
NA *ANTIGÜIDADE*, DE MAX WEBER

Fábio Duarte Joly

*Mestrando - Depto. de História – FFLCH/USP**Bolsista da FAPESP*

RESUMO: Propõe-se no presente artigo discutir a teoria do capitalismo antigo elaborada por Max Weber em sua obra *Relações agrárias na Antigüidade* tendo em vista suas orientações metodológicas e políticas.

PALAVRAS-CHAVE: Weber, Antigüidade, Economia, Política, Metodologia.

ABSTRACT: The aim of this article is to discuss the methodological and political guidelines of Max Weber's theory of ancient capitalism as elaborated in his *Agrarian relations in Antiquity*.

KEYWORDS: Weber, Antiquity, Economy, Politics, Methodology.

Introdução

Considerado um dos fundadores da moderna sociologia, Max Weber (1864-1920), embora se refira à Antigüidade em diversas passagens de sua extensa e erudita obra, produziu trabalhos exclusivamente dedicados a este período histórico, a começar pela sua tese de *Habilitation*, de 1891, uma história agrária romana considerada em sua relevância para o direito público e privado (*Die römische Agrargeschichte in ihrer Bedeutung für das Staats-und Privatrecht*). Em 1896 publicou um ensaio sobre as causas do declínio

da cultura antiga (*Die sozialen Gründe des Untergangs der antiken Kultur*) e no ano seguinte uma história das relações agrárias na Antigüidade (*Die Agrarverhältnisse des Altertums*, 1897; segunda edição em 1909). Entre os anos de 1911 e 1913 redigiu um estudo intitulado “A cidade” (*Die Stadt*), postumamente publicado em 1921 e que contém uma discussão das particularidades da cidade antiga.

Apesar destas suas contribuições Weber foi pouco estudado nos círculos acadêmicos da História

Antiga até há pouco tempo. Escrevendo em 1965 Alfred Heuss, por exemplo, assinala apenas uma exceção: o estudo de Johannes Hasebroek sobre a economia grega (*Griechische Wirtschafts-und Gesellschaftsgeschichte*, de 1931)¹. Este quadro começou a mudar a partir dos estudos de Moses Finley que colocaram Weber no centro do debate sobre a economia antiga através da utilização de alguns conceitos seus, como o de “cidade consumidora” (FINLEY, 1983). Contudo, se por um lado, a divulgação dos escritos de Weber por Finley teve o mérito de ampliar e sofisticar os debates historiográficos chamando a atenção para a importância da obra do sociólogo alemão, por outro, promoveu uma vulgarização de seu pensamento no sentido de que não se inquiriu, de forma aprofundada, sobre os pressupostos metodológicos e, sobretudo políticos, que nortearam a elaboração de seu quadro conceitual. Citado por Finley para endossar sua tese do mundo antigo como um reflexo invertido do mundo industrial moderno², tornou-se comum situar a teoria econômica weberiana exclusivamente na vertente “primitivista” dos estudos sobre a economia grega e romana. Deste modo, como uma etapa para a revisão desta perspectiva, convém expor a reflexão que Weber tece sobre a economia na Antiguidade situando-a no âmbito das preocupações científicas e políticas do autor³.

Como veremos, é certo que Weber procurou marcar uma posição no debate, em curso a partir do final do século XIX na Alemanha, sobre as características econômicas da Antiguidade e que teve como seus principais representantes Karl Bücher e Eduard Meyer⁴. Todavia, seu posicionamento crítico frente a estes estudiosos não visava primordialmente a construção de um modelo alternativo que reconciliasse duas abordagens antagônicas, a oposição entre economia centrada no *oikos* e economia de mercado⁵. O interesse de Weber pela Antiguidade, que perdurou durante todo o período de sua produção intelectual, está inserido em uma problemática mais ampla e que perpassa sua obra sociológica e política: a questão do desenvolvimento do capitalismo moderno, consequência do processo de racionalização da sociedade ocidental (cf. HEUSS, 1965, p. 539).

É neste contexto que pretendemos analisar o pensamento de Weber sobre o mundo antigo, tendo como base suas *Relações agrárias na Antiguidade*. Leitura esta que não contemplará obviamente todas as questões aí abordadas, mas que se centrará no tema da relação entre capitalismo e burocracia, uma das principais linhas de força da argumentação de Weber. Esta análise será dividida em duas partes. Em um primeiro momento, serão tratadas as questões de ordem metodológica presentes na abordagem weberiana do

¹ HEUSS, 1965, p. 554. Édouard Will (1954, p. 13-15) menciona os trabalhos de Hasebroek mas não a sua dívida para com Weber.

² Desenvolvida em FINLEY, 1986.

³ Não pretendemos, portanto, contribuir com uma interpretação original do pensamento de Weber, mas tão somente discuti-lo visando o atual estado da bibliografia sobre a economia antiga que tem a obra Finley como principal, senão único, parâmetro. Sobre a perspectiva finleyriana aplicada ao caso específico da economia romana à época imperial ver a obra conjunta de Peter Garnsey e Richard Saller (GARNSEY & SALLER, 1987, p. 43-63). Para um balanço crítico da mesma consultar GUARINELLO, 1994/

1995. Uma discussão recente sobre a influência do legado de Finley nas linhas de pesquisa sobre a economia grega e romana pode ser encontrada em ANDREAU, 1995.

⁴ Bücher publicou em 1893 a obra *Die Entstehung der Volkswirtschaft* na qual apresentava a economia antiga como correspondente ao estágio da economia doméstica. Meyer, em 1895, escreveu um ensaio, intitulado *Die wirtschaftliche Entwicklung des Altertums*, em que rebatia a tese de Bücher argumentando que a economia antiga teria sido similar à economia moderna (cf. PEARSON, 1957; AUSTIN & VIDAL-NAQUET, 1972, p. 12).

⁵ Como entende John Love (1991, p. 43-44).

mundo antigo. Em seguida, procuraremos expor a teoria de Weber sobre o capitalismo antigo, centrando-se no ensaio introdutório à segunda edição das *Relações agrárias na Antigüidade* mas remetendo, quando necessário, ao corpo desta obra. Também procurar-se-á tratar da relação entre ciência e política presente neste escrito de Weber, visto que, como salientam os estudiosos de sua obra, a metodologia weberiana está intimamente relacionada com seu pensamento político⁶. Neste sentido, as apreciações que faz Weber do crescimento econômico alemão (e, mais especificamente, do uso da burocracia neste processo), bem como das possibilidades do socialismo na Alemanha das duas primeiras décadas do século XX, constituem uma dimensão fundamental para a compreensão de sua sociologia e do lugar que nela ocupa a Antigüidade.

Weber, Metodologia e História Antiga

Para a segunda edição da obra *Die Agrarverhältnisse des Altertums*, no *Handwörterbuch der Staatswissenschaften*, de 1909, Weber escreveu um ensaio introdutório a respeito da possibilidade de uma teoria econômica do mundo antigo. Neste texto, de grande importância para a compreensão de sua análise da Antigüidade, passa em revista os dois principais modelos interpretativos da economia antiga vigentes em seu tempo, o de Karl Bücher e o de Eduard Meyer, e, diante das limitações que enxerga nestes modelos apresenta uma discussão acerca de uma metodologia para uma história econômica da Antigüidade.

Cabe notar que no espaço de tempo que separa as duas edições, Weber compôs uma série de ensaios sobre lógica e metodologia das ciências sociais e culturais nos quais discute os problemas metodoló-

gicos das ciências humanas e, em particular, os dos estudos históricos (LOVE, 1991, p. 11-12). Dentre eles, *Objetividade do conhecimento na ciência social e na ciência política*, de 1904, onde disserta sobre a epistemologia do “tipo ideal” (*Idealtyp*), instrumento analítico que considerava como um dos mais capazes de proporcionar resultados significativos no campo da teoria do conhecimento, e *Estudos críticos sobre a lógica das ciências da cultura*, de 1906, dedicado a uma crítica da metodologia da História defendida por Eduard Meyer, sobretudo de sua noção de causalidade histórica⁷. Tipo ideal e causalidade histórica, as principais categorias da metodologia weberiana (RAYNAUD, 1987, p. 38), estão presentes no ensaio com o qual Weber introduz sua história das relações agrárias na Antigüidade. À luz delas, portanto, deve ser analisado o modo como aí configura o debate sobre a economia antiga.

As objeções metodológicas de Weber a Bücher e Meyer são desenvolvidas a partir da seguinte questão: uma história econômica da Antigüidade deve servir-se de categorias particulares, não aplicáveis a uma história da economia medieval ou moderna, ou, pelo contrário, pode recorrer a conceitos modernos? Weber ilustra a primeira alternativa com a teoria de Bücher e a segunda com o modelo proposto por Meyer.

Bücher, adotando o conceito de “economia do *oikos*” formulado por Karl Rodbertus em estudo de 1865 sobre o sistema romano de tributação à época de Augusto, caracterizou a Antigüidade como um período em que predominava a economia de unidades domésticas autônomas, sendo o comércio apenas eventual e esporádico. Frente a este modelo Weber mantém uma postura favorável, embora crítica. Favorável porque o entende como próximo da sua idéia de “tipo ideal”:

⁶ Entre outros, consultar MOMMSEN, 1965, p. 603-612; KOCKA, 1997, p. 32-69; GIDDENS, 1997, p. 126-127; GIDDENS, 1998.

⁷ Estes ensaios serão citados a partir da edição brasileira (WEBER, 1992).

Creio poder interpretar o discurso bücheriano como a construção “típico-ideal” de um sistema econômico que na Antigüidade se aproximou particularmente de sua pureza conceitual, com todas as diferenças específicas que isto comporta. Isto não implica, obviamente, que temporal ou espacialmente, o oikos tenha sido o elemento dominante da economia antiga. (WEBER, 1992b, p. 10)

Não importa aqui se Bücher realmente assim raciocinou, mas sim que nesta observação Weber indica um dos pressupostos metodológicos que, como veremos mais adiante, devem estar subjacentes à pesquisa histórica: a construção de “tipos ideais”. Por outro lado, critica Bücher por ter acentuado excessivamente os dados empíricos que comprovavam seu modelo oferecendo assim uma visão homogênea da Antigüidade, como se nesta apenas uma economia de caráter doméstico tivesse predominado. De igual modo, com relação à aplicação do termo “economia do oikos” por Rodbertus, Weber argumenta que este abarca apenas um período restrito da Antigüidade e não todo seu conjunto:

Este parece próprio dos albores da história, no Oriente e mesmo na Grécia: pensamos nos grandes oikoi dos soberanos, príncipes e sacerdotes, que se situavam – onde existia um sistema de corvéas – acima da pequena fazenda familiar dos súditos. (WEBER, 1992b, p. 13)

Esta contradição entre teoria e evidências empíricas reaparece nas críticas que dirige a Meyer. Weber censura-lhe a incongruência do quadro conceitual frente à documentação. Conceitos como “fábrica” e “operários de fábrica” adotados por Meyer na sua caracterização da economia ateniense dos séculos V e IV a.C. não encontram respaldo nas fontes antigas. Segundo Weber não há como demonstrar a existência de uma livre indústria doméstica na Antigüidade nos moldes do que conheceu o século XIII d.C. e mesmo as oficinas adjacentes às propriedades agrícolas, aquelas dependentes da administração pública no Oriente e no Império Romano, não representavam

fábricas no moderno sentido do termo justamente por serem apêndice das plantações, da administração fiscal e do oikos (WEBER, 1992b, p. 10-11).

Logo, tendo em vista esta discussão, podemos dizer que Weber reconhece uma crise metodológica na história econômica da Antigüidade. No seu entendimento há uma tendência de os modelos aplicados sobrepujarem-se à realidade empírica, impossibilitando assim a visualização das particularidades dos fenômenos econômicos presentes no mundo antigo.

Esta problemática da relação entre teoria e dados empíricos, ou seja, entre sujeito cognitivo (o pesquisador) e objeto do conhecimento, é precisamente a que dá unidade às indagações de Weber nos seus ensaios metodológicos. Ele rejeita a idéia de a História ser uma disciplina puramente descritiva, que se limita à coleção de fontes e não se interessa por conceitos (WEBER, 1992a, p. 156). A investigação histórica deve ser pautada por procedimentos metodológicos pois é eles que atribuem significação a um fato histórico (WEBER, 1992a, p. 201). A questão que se coloca neste contexto é, portanto, de como pensar a construção de tais procedimentos. Para Weber esta não repousa exclusivamente na formulação de leis para o desenvolvimento histórico pois é uma pretensão querer abarcar toda a efetividade histórica dentro de uma esquematização. Neste caso o modelo teórico, em vez de ser um meio de conhecimento, acaba tornando-se um fim em si mesmo no sentido de que equipara-se ao “real”⁸.

⁸ Weber exemplifica este ponto com um parecer sobre as análises marxistas: “Quem quer que tenha trabalhado com os conceitos marxistas conhece a eminente e inigualável importância heurística destes tipos ideais, quando utilizados para sua comparação com a realidade, mas conhece igualmente o seu perigo, logo que apresentados como construção com validade empírica ou, até mesmo, como tendências ou “forças ativas” reais (o que quer dizer, na verdade, “metafísicas”) (WEBER, 1992a, p. 147).

Este é um dos pontos da crítica de Weber a Meyer pois este historiador alemão entendia que, sendo o desenvolvimento histórico somente “inteligível a partir de “relações causais”, entendido como um processo que se desenvolve dentro de “leis”, o próprio fim da pesquisa histórica seria o de descobrir as “etapas do desenvolvimento” das comunidades humanas, etapas que se sucedem de maneira “típica” e necessária, incluindo, mesmo assim, as diversidades históricas” (WEBER, 1992a, p. 158). Weber se opõe precisamente a esta noção de “causalidade necessária” e ao determinismo teleológico que ela traz consigo. Em sua visão há uma deficiência na lógica de Meyer ao não diferenciar fundamento “real” e fundamento cognoscitivo dos fatos históricos. Nem todo fato histórico têm, via de regra, uma conexão causal com o desenvolvimento da história ocidental, por exemplo, mas pode atuar como “representante típico de um conceito abstrato, quer dizer, como meio de conhecimento” (WEBER, 1992a, p. 172). Ou seja, alerta para o risco de se tomar as características conceituais selecionadas como uma sucessão histórica de tipos que obedecem à necessidade de uma lei (WEBER, 1992a, p. 146-147). Para Weber, a explicação causal na ciência histórica deve ser entendida em termos de probabilidade e não de necessidade. Visto que não há uma necessidade universal que rege o desenvolvimento histórico, é o historiador quem, diante das variáveis de um fenômeno, seleciona as que considera mais prováveis. A formulação weberiana do “tipo ideal” é uma resposta a esta exigência metodológica:

Obtém-se um tipo ideal mediante a acentuação de um ou vários pontos de vista e mediante o encadeamento de grande quantidade de fenômenos isoladamente dados, difusos e discretos, que se podem dar em maior ou menor número ou mesmo faltar por completo, e que se ordenam segundo os pontos de vista unilateralmente acentuados, a fim de se formar um quadro homogêneo de pensamento. É impossível encontrar empiricamente na realidade este quadro, na sua pureza conceitual, pois trata-se de uma utopia. (WEBER, 1992a, p. 137-138)

Ou ainda:

Trata-se de um quadro de pensamento, não da realidade histórica, e muito menos da realidade “autêntica”; não serve de esquema em que se possa incluir a realidade à maneira de exemplar. Tem, antes, o significado de um conceito-limite, puramente ideal, em relação ao qual se mede a realidade a fim de esclarecer o conteúdo empírico de alguns dos seus elementos importantes, e com o qual esta é comparada. (WEBER, 1992a, p. 140)

Nas *Relações agrárias na Antigüidade* Weber em dois momentos se refere à noção de “tipo ideal”. No ensaio introdutório, onde apresenta uma tipologia das formas de organização política, escreve:

É desnecessário observar que os diversos tipos (...) mencionados – a “comunidade rural”, a “polis aristocrática, a “monarquia burocrática citadina”, a “polis hoplítica”, a “polis democrática”, “a monarquia litúrgica” – raramente se sucedem ou se justapõem de tal modo a poderem ser isolados em suas formas puras. De fato, estes conceitos “típico-ideais” servem aqui apenas a título de classificação: para classificar um determinado Estado pode-se ter por base o fato de que em um determinado momento histórico, em seu conjunto ou somente em certos aspectos, este se aproxima, em maior ou menor medida, a um ou outro destes tipos conceituais. (WEBER, 1992b, p. 49-50)

Weber não apresenta a sucessão destes tipos de Estados como seguindo uma única e necessária evolução mas ressalta que há variadas possibilidades de combinação. A *polis* aristocrática, por exemplo, pode originar tanto o Estado litúrgico como a *polis* hoplítica (WEBER, 1992b, p. 46). Também no final da obra, na parte destinada à apresentação da bibliografia, comenta sobre o “tipo ideal”. Aí critica aqueles que entendem que a multiplicidade dos fenômenos históricos impeça qualquer elaboração de conceitos e, após mencionar algumas formas possíveis de atividades produtivas no mundo antigo, observa:

Como se vê, temos aqui uma cadeia ininterrupta de possibilidades. Mas esta indistinta multiplicidade dos fatos não implica que os conceitos por nós empregados devam ser imprecisos. Pelo

contrário, nossa tarefa é formular conceitos precisos (“típico-ideais”) e aplicá-los corretamente, não como esquemas para compri-
mir à força a massa de dados históricos, mas para individualizar
com o auxílio deles o caráter econômico de um fenômeno, obser-
vando se este aproxima-se mais de um ou de outro “tipo ideal”.
(WEBER, 1992b, p. 357)

Note-se a recorrente advertência quanto à identi-
ficação errônea entre o que é *ideal* e o que é *exem-
plar*⁹, no que Weber segue a distinção kantiana entre
o *dever-ser* e o *ser* (cf. RAYNAUD, 1987, p. 56-57;
HABERMAS, 1987, p. 169). Esta ressalva metodoló-
gica ilumina os comentários críticos que Weber tece
aos conceitos empregados por Bücher e Meyer na
caracterização da economia antiga. Em ambos auto-
res os conceitos tendem a funcionar como representa-
ções da realidade e não como meios de interpretá-la.
O conceito de “fábrica” aplicado por Meyer às ofici-
nas antigas não ressalta as especificidades destas, mas
apenas serve para reafirmar a moderna idéia de fá-
brica, tornando-a assim uma categoria universal¹⁰. Seu
“modernismo” decorre desta metodologia.

Os tipos ideais, por sua vez, almejam captar a sin-
gularidade dos fenômenos históricos e não reduzir a
tarefa do historiador a uma pesquisa de tudo que pode
aproximar diversos fenômenos históricos. No caso do
capitalismo, por exemplo, o problema que se coloca
não é o de constatar o que há de comum em todas as
formas de capitalismo que tiveram lugar ao longo da
história, mas de selecionar na história as caracterís-
ticas de uma totalidade significativa que são compa-
radas com a realidade a fim de ver em que medida os
fenômenos observados em uma dada sociedade se
aproximam ou não do tipo ideal assim construído
(RAYNAUD, 1987, p. 50). O “tipo ideal” é o momen-

to em que o pesquisador acentua os traços que consi-
dera relevantes para a apreensão da realidade. Mas
como Weber utiliza este instrumental nas *Relações
agrárias na Antigüidade*? Nas críticas a Bücher e
Meyer já o indicara de modo implícito ao afirmar que
o sistema econômico do *oikos* é essencialmente o fun-
damento de organizações políticas particulares, como
a existente no Egito¹¹, e que as oficinas no mundo an-
tigo não são uma expressão da iniciativa econômica
privada. A relação entre economia e política é, portan-
to, o ponto de vista a partir do qual Weber elabora seus
tipos ideais. Isto, como veremos, transparece tanto nos
tipos esboçados por ele para caracterizar os Estados
na Antigüidade, como no seu conceito de capitalis-
mo antigo. Esta questão, por sua vez, remete à proble-
mática central da sociologia weberiana, a saber, a es-
sência do moderno capitalismo e da racionalidade que
lhe é subjacente.

A economia capitalista e o Estado moderno¹² são
concebidos por Weber como a expressão máxima do
racionalismo ocidental. A empresa capitalista é o cer-
ne do capitalismo. As condições prévias desta empre-
sa são: a apropriação de todos os bens materiais de
produção, a orientação das decisões de investimento
em função das possibilidades oferecidas pelos mer-
cados de bens, capital e trabalho, utilização do traba-
lho livre e uso de técnicas científicas, em especial, da
contabilidade. O princípio organizador do Estado é,
por seu turno, um aparelho estatal racional fundado

⁹ Equívoco que comete Finley no uso do conceito weberiano de
“cidade consumidora” (cf. BRUHNS, 1985, p. 257-258).

¹⁰ Para uma outra crítica da perspectiva universalista de Meyer,
visando seus fundamentos filosóficos, consultar KAERST, 1899.

¹¹ Aliás, é neste sentido que tal sistema é considerado com detalhe
em sua sociologia da dominação onde serve de exemplo para a
elaboração do tipo ideal da “dominação patrimonial”. “O Egito”,
diz Weber, “aparece a nós como um único e enorme *oikos* do faraó
governado patrimonialmente” (WEBER, 1996, p. 759; 788ss).

¹² Entendidos aqui, deve-se notar, não como realidades empíricas
efetivas, mas como construções típico-ideais. Na exposição abai-
xo sigo a síntese elaborada por Habermas (1987, p. 173) dos con-
ceitos weberianos de Estado e capitalismo modernos.

sobre a base de um sistema fiscal centralizado, de uma força militar permanente, do monopólio da justiça e da violência e, sobretudo, de uma organização burocrática da administração. Para Weber, o Estado moderno e a empresa capitalista são essencialmente iguais pois a formação do “Estado regido e administrado segundo um direito burocrático e racional e regras pensadas racionalmente, atualmente, está intimamente ligado ao moderno desenvolvimento capitalista” (WEBER, 1993, p. 43).

Sendo o capitalismo e a burocracia os elementos determinantes da sociedade ocidental moderna é pertinente que suas razões de ser sejam indagadas pelo pesquisador e oriente seus estudos sobre outras sociedades. Nas palavras de Catherine Colliot-Thélène (1995, p. 84), as duas intenções da sociologia de Weber são compreender o que constitui o próprio de nossa civilização e também as razões de *ter-se-tornado-o-que-é-e-não-outra*. Neste sentido, a análise weberiana da Antigüidade deve ser entendida sobretudo como uma tentativa de compreender o desenvolvimento econômico e político do mundo moderno em geral e da Alemanha em particular¹³. Tanto que não por acaso os conceitos de capitalismo e burocracia balizam a argumentação de Weber nas *Relações agrárias na Antigüidade*.

¹³ De fato, no ensaio em que polemiza com Eduard Meyer sobre a metodologia da história, Weber enfatiza que o estudo da Antigüidade deve ter como objetivo a compreensão do presente. Ele apresenta este argumento a partir da formulação de quais seriam três pontos de vista possíveis sobre a cultura da Antigüidade. Um primeiro seria uma perspectiva humanista, que representa a cultura antiga como um valor absoluto. “De acordo com esta opinião a cultura antiga é, em primeiro lugar, objeto da interpretação *ad usum scholarum*, para a educação da própria nação como povo cultural (*Kulturvolk*): a “filologia”, no sentido mais amplo, como “conhecimento do conhecido”, vê na Antigüidade algo, em princípio, supra-histórico e atemporalmente válido”. Segundo outro ponto de vista, que Weber atribui a U. von Wilamowitz, a cultura antiga “é um objeto sublime para a valoração, aos poucos que se aprofundam numa forma elevadíssima de humanidade, desapare-

Capitalismo e burocracia: Weber, a Antigüidade e a crítica política do Estado alemão

“Existe na Antigüidade, em uma medida relevante do ponto de vista sociocultural, uma economia capitalista?” (WEBER, 1992b, p. 15). Esta indagação, que segue aos comentários de Weber sobre as teorias de Bücher e Meyer, afirma o capitalismo como a questão central. Assim sendo, Weber logo trata de defini-lo, reiterando a relevância da precisão dos conceitos para a pesquisa histórica:

Por “capital” entende-se sempre um “capital produtivo” privado. Isto porque a terminologia deve sempre conservar um certo valor de classificação. Trata-se, portanto, de bens que servem para a obtenção de um “lucro” na circulação. Para ser capitalista uma atividade deve basear-se em uma “economia de troca” em um duplo sentido: se os produtos, em parte, tornam-se objetos de circulação, devem tornar-se, em seu retorno, meios de produção. (WEBER, 1992b, p. 16)

De imediato, observa-se nesta definição a ausência da relação entre capital e mercado de trabalho livre, fundamental para Marx (cf. GRESPAN, 1998, p. 101-102). No entendimento de Weber, contudo, é precisamente

cida para sempre e sem meios de repetir-se nos seus aspectos essenciais, mas que (esses poucos) querem, de certa maneira, “gozar artisticamente” esta humanidade”. Por fim, “o tratamento da ciência da Antigüidade vai ao encontro de uma orientação do interesse científico à qual a riqueza das fontes antigas oferece, sobretudo, um material etnográfico de extraordinária variedade para a obtenção de conceitos gerais, de analogias e de regras de desenvolvimento que são aplicáveis não apenas à nossa cultura mas a “todas” as culturas (...) Neste caso, a Antigüidade está sendo levada em consideração pensando no seu conteúdo cultural que é apropriado como meio de conhecimento para a formação de “tipos” gerais, e, portanto, não como uma norma que seria eternamente válida numa primeira “concepção”, nem como objeto absolutamente singular de valorização contemplativa e individual como no segundo caso” (WEBER, 1992a, p. 191-192).

esta relação que minimiza o potencial analítico do conceito de capitalismo para o mundo antigo:

A nós parece não haver motivo para limitar o conceito de “economia capitalista” a uma determinada forma de emprego do capital, em particular, na utilização de trabalho alheio em virtude de um contrato com o trabalhador “livre”, incluindo assim neste conceito também características sociais. É melhor, pelo contrário, dar a esta categoria um conteúdo puramente econômico, fazendo-a valer onde quer que objetos de posse, que também são objetos de circulação, venham a ser utilizados por privados para obter um lucro no âmbito da própria circulação. Épocas inteiras da Antiguidade – inclusive as “maiores” – revelam agora, de modo indubitável, uma fisionomia capitalista. (WEBER, 1992b, p. 18-19)

Com tal redirecionamento do que chama de conteúdo social (as relações de trabalho) do conceito de capitalismo para seu conteúdo econômico (realização do lucro), Weber pretende superar o que pensa ser uma deficiência dos estudos sobre a economia romana que ao partirem do pressuposto de que apenas o emprego de trabalho livre configura uma empresa capitalista negam qualquer possibilidade da ocorrência de capitalismo na Antiguidade (WEBER, 1992b, p. 18-19). Para Weber esta combinação só está presente no capitalismo moderno, não podendo ser utilizada para caracterizar o capitalismo antigo. Este, pelo contrário, apresenta peculiaridades que devem ser consideradas.

Três delas são enumeradas: ausência de um “capital fixo” constituído de meios de produção derivados de um desenvolvimento técnico; a escravidão; a escassa importância de investimento no setor industrial, predominando a gerência de negócios públicos como alternativa para acumulação de capital (WEBER, 1992b, p. 19). A análise dos dois últimos pontos, o trabalho escravo e as consequências econômicas da organização política na Antiguidade, permite-nos delinear a teoria weberiana do capitalismo antigo. Começemos pela escravidão.

Segundo Weber o uso capitalista do trabalho escravo difere substancialmente do correspondente

emprego do trabalho livre devido às seguintes características econômicas da escravidão:

- a) necessidade de maior disponibilidade de capital (para a compra de escravos);
- b) mortalidade e, principalmente, oscilação dos preços dos escravos, fator que impedia um cálculo seguro da empresa escravista;
- c) dependência de um mercado de escravos continuamente reabastecido por cativos de guerra (WEBER, 1992b, p. 22-23; 310).

Esta crítica do sistema escravista é derivada da elaboração típico-ideal do capitalismo moderno. Para Weber, uma das condições prévias para a existência de empresas capitalistas no sentido moderno do termo é o trabalho livre pois apenas este possibilita um cálculo racional do capital, ou seja, os custos dos produtos podem ser calculados de antemão (WEBER, 1968, p. 251). A contabilidade racional é o que distingue e define historicamente o capitalismo moderno. Cabe notar que esta comparação traçada por Weber não visa descartar por completo a associação entre capitalismo e escravidão. Esta só se realiza, contudo, na presença de condições específicas. A guerra é a principal delas. A expansão militar gerava uma maior disponibilidade de escravos e incentivava seu uso capitalista em plantações, empresas marítimas, mineração, *ergasteria*, etc¹⁴. A existência de terras a baixo custo, muitas vezes resultado de guerras, também era uma condição essencial pois com-

¹⁴ WEBER, 1992b, p. 30. Já no ensaio de 1896 sobre o declínio da cultura antiga Weber afirmava que o mundo antigo perdeu enquanto se manteve um fluxo constante de escravos por meio de guerras, possibilitando assim uma mão-de-obra barata. Os outros fatores que levaram à sua derrocada — a crescente insuficiência do exército, a burocratização do Estado imperial romano e o deslocamento do eixo cultural das cidades para o campo — aparecem como reflexos do fim da escravidão (cf. LOVE, 1991, p. 30).

pensava o alto investimento realizado na compra da escravaria e o capital nela imobilizado¹⁵.

Tais condições salientadas por Weber inserem-se, entretanto, em uma problemática maior, a da organização política na Antigüidade. Para Weber é esta que, em última instância, determina o rumo do desenvolvimento capitalista antigo que tem a escravidão como sustentáculo:

O que teve neste campo [i.e. da escravidão] um peso decisivo foi sobretudo a organização política destes Estados antigos, em especial a administração pública em geral e a gestão das finanças em particular, setores cujo funcionamento dependia, em última instância, do ordenamento político. As “finanças” públicas, resultado de um lento desenvolvimento que teve como ponto de partida, o oikos do príncipe da cidade e suas reservas de metais preciosos, que representa, ainda hoje, a mais antiga e grandiosa de todas as “empresas”. Em parte substituiu a acumulação privada de capital, em parte, lhe abriu caminho, enfim a sufocou. (WEBER, 1992b, p. 31)

Temos nesta passagem uma síntese da linha de argumentação que Weber adota no estudo sobre as relações agrárias no mundo antigo. Para ele trata-se de determinar em cada região, em particular na Mesopotâmia, Egito, Grécia e Roma, o grau de liberdade de circulação do capital privado tendo em vista o sistema político vigente. E, neste sentido, há uma contraposição clara entre Oriente e Ocidente. O máximo grau de cerceamento ao capital privado é localizado no Egito antigo, enquanto seu período de maior expansão, na Roma republicana. Vejamos como esta relação entre economia e política é trabalhada por Weber a partir da análise de sua tipologia ideal das formas de organização política na Antigüidade.

Weber enumera seis tipos de organização política e suas possibilidades de evolução. A primeira forma é a comunidade doméstica. Seus membros partilham da posse do solo e trabalham eles próprios a terra visto o reduzido número de escravos. A autoridade do chefe não é permanente restringindo-se aos momentos de guerra. A este estágio sucede a monarquia militar. O chefe da comunidade é um rei que se distingue do restante da população pela posse de terras, escravos, armas e metais preciosos. Possui um séquito militar de indivíduos mantidos diretamente por ele por laços de hospitalidade ou donativos. Muitas vezes, contudo, o rei é um conquistador acompanhado de mercenários que domina um território e reduz à vassalagem os demais chefes (WEBER, 1992b, p. 41-42). Segundo Weber este é o início de quase todos os Estados antigos.

A *polis* aristocrática é uma das derivações da monarquia militar. A nobreza feudal se emancipa da senhoria do soberano e forma uma comunidade urbana militarmente organizada e administrativamente autônoma. Esta comunidade é governada por um rei, mas no sentido de um *primus inter pares*. Também há magistrados eleitos, porém não formando uma burocracia. Do ponto de vista econômico a nobreza constitui uma classe de *rentiers* sendo a força de trabalho dominante a escravidão por dívidas (WEBER, 1992b, p. 43).

A *polis* aristocrática, por sua vez, pode originar a *polis* hoplítica. Nesta não há o domínio de um clã sobre a cidade. A participação no exército e o direito de cidadania se fundam na posse fundiária e não na pertença a uma linhagem. A evolução deste tipo de *polis* conduz à constituição de uma *polis* democrática. O serviço militar e a própria cidadania agora não mais dependem da posse de terras. Em tese todo cidadão teria o acesso livre à carreira pública (WEBER, 1992b, p. 46). Para Weber o mais relevante nesta passagem da *polis* hoplítica para a democrática reside na sua consequência econômica, a afirmação da total, ou quase total, disponibilidade do solo. Esta medida le-

¹⁵ Weber argumenta que a obtenção de terras estava relacionada a fenômenos de ordem política (confisco por ocasião de guerras e revoluções, processo colonizador, unificação política da península itálica por Roma) (WEBER, 1992b, p. 30).

vou à instauração de uma economia urbana com o prevalecimento dos interesses das classes detentoras de dinheiro e o desenvolvimento capitalista expresso na utilização cada vez maior de escravos (WEBER, 1992b, p. 47-48).

Este desenvolvimento encontrou sua maior expressão na Grécia. A decadência do séquito real e a transferência da obrigação militar e do poder político a cidadãos-agricultores autônomos conferiu ao capitalismo grego uma fisionomia diversa daquele oriental (WEBER, 1992b, p. 132-133). Enquanto no Oriente ocorreu a formação de uma burocracia territorial que monopolizou em grande parte o setor econômico, na Grécia houve a formação de uma economia urbana e a possibilidade de livre comércio de terras, como em Atenas (WEBER, 1992b, p. 141; 167).

A monarquia militar podia, entretanto, dar origem a um tipo de organização política inteiramente diversa da *polis*. Ao invés de o soberano ter seu poder contestado, ele alcança uma hegemonia. O monarca concentra toda a força militar e cria uma camada de funcionários hierarquicamente organizada através da qual governa seus súditos. Os tributos e as prestações de trabalho obrigatório levam à constituição de um socialismo de Estado quase total, como no Egito (WEBER, 1992b, p. 44), ainda que em outras regiões reste uma margem de manobra para a economia privada, como na Mesopotâmia (WEBER, 1992b, p. 61). Um estágio avançado desta forma de organização política Weber denomina de “Estado litúrgico”, mais racional que a anterior pelo fato de possuir uma estrutura fiscal de maior complexidade.

Em contraposição a este quadro econômico do Oriente antigo onde a burocracia anula o capitalismo privado Weber apresenta o caso romano. A Roma republicana representou o auge do capitalismo privado antigo, principalmente devido à estrutura de coleta de impostos que nela operava (WEBER, 1992b, p. 301-302). Esta atividade era exercida por membros da ordem equestre que se ausentavam da busca de parti-

cipação política no Senado e demais magistraturas a fim de se dedicarem às atividades capitalistas de recolhimento de tributos e arrendamento das terras conquistadas¹⁶. Na ausência de uma burocracia responsável pela administração fiscal dos territórios anexados, ao contrário do que ocorria, por exemplo, no Egito helenístico (WEBER, 1992b, p. 217), prevalecia a iniciativa privada.

Como decaiu então este capitalismo romano? Quando cessaram as condições que permitiram sua expansão, a guerra e a ausência de uma centralização político-burocrática. Ao concluir as *Relações agrárias na Antigüidade* Weber escreve:

O advento da paz e do Estado monárquico, de um lado, a passagem de uma civilização costeira a uma de caráter continental, de outro, ao invés de, como se poderia crer, lhe infundir novo alento, dadas suas condições o sufocaram [i.e. o capitalismo]. Estes dois passos decisivos foram dados pelo Império Romano. (...) O capitalismo antigo era ancorado em operações políticas. Estas dependiam das relações de dominação que o expansionismo da cidade-estado instaurava e que a iniciativa privada desfrutava. Cesando esta fonte de lucro, a formação de capital era bloqueada. O primeiro grande resultado obtido pelo império foi a regulamentação do sistema tributário e a supressão dos poderes dos receptores de impostos. (WEBER, 1992b, p. 346; 351)

Uma das razões para o declínio do mundo antigo é, portanto, a incompatibilidade entre capitalismo e burocracia. Para Weber a sociedade tardo-imperial, sendo diretamente controlada pelo Estado, tem toda iniciativa econômica privada erradicada (WEBER, 1992b, p. 352; 1968, p. 295). Todavia, como faz questão de ressaltar, a burocratização é também um problema do mundo moderno:

¹⁶ WEBER, 1992b, p. 303. A separação entre a gestão de atividades econômicas e o exercício da política é, para Weber, uma condição necessária para o desenvolvimento do capitalismo (WEBER, 1992b, p. 314-315; 1994, p. 187).

A tendência da burocracia a sufocar a iniciativa econômica privada não é um fato característico do mundo antigo. Toda burocracia, ao se dilatar, tende a produzir este efeito, até a nossa. E enquanto na Antigüidade era a política da polis que abria caminho para o capitalismo, hoje é o capitalismo que abre caminho para a burocratização da economia. (...) Tudo nos conduz a prever que, cedo ou tarde, na Alemanha a burocratização da sociedade acabará por atingir até o capitalismo, como ocorreu no mundo antigo. (WEBER, 1992b, p. 352-353)

A relevância desta passagem reside na relação que Weber estabelece por meio do uso dos conceitos de capitalismo e burocracia entre o estudo da Antigüidade e o diagnóstico dos que são, no seu parecer, os dilemas da modernidade em geral e da Alemanha em particular. Em um de seus últimos e mais importantes escritos políticos, *Parlamento e governo na Alemanha reordenada*, de 1918, Weber também valendo-se de uma comparação com a Antigüidade retoma a reflexão sobre as possibilidades de supressão do capitalismo pela burocracia:

Nos locais onde o funcionário instruído e moderno se instala, o seu poder torna-se realmente indestrutível, porque, então, toda a organização dos serviços mais elementares está condicionada à sua forma de trabalho. Uma eliminação progressiva do capitalismo privado é teoricamente concebível, ainda que não seja tão fácil quanto sonham alguns literatos que não o conhecem e, certamente, não será a consequência desta guerra. Mas, suponhamos que o capitalismo privado fosse eliminado: o que significaria isso na prática? Ruiriam os edifícios de aço das indústrias modernas? Não! Simplesmente as direções das firmas estatizadas ou de alguma forma administradas comunitariamente tornar-se-iam burocráticas. (...) A burocracia estatal reinaria sozinha se o capitalismo privado fosse destruído. As burocracias privadas e públicas, que agora têm que trabalhar lado a lado, pelo menos de acordo com as possibilidades, e em concorrência, portanto, que ainda mantêm, de qualquer modo, controle uma sobre a outra, seriam amalgamadas numa única hierarquia. *Como no fim do Império Egípcio, só que de uma forma incomparavelmente mais racional e, portanto, inexorável.* (WEBER, 1993, p. 53; grifo nosso)

O Egito antigo, assim como descrito nas *Relações agrárias na Antigüidade*, aparece como o paradigma do Estado socialista, de uma economia estatizada e burocratizada que anula o capital privado. A representação da Antigüidade está em relação direta com sua visão dos rumos da sociedade alemã moderna. A burocracia, ao mesmo tempo que é a condição necessária para a constituição e manutenção de um Estado moderno racional, é também seu calcanhar de Aquiles. Em *Parlamento e governo na Alemanha reordenada* Weber desenvolve a argumentação de que a crescente burocratização da máquina estatal tem como efeito perverso o bloqueio à formação de uma classe política dinâmica, capaz de dirigir com competência a sociedade. Isto porque, no seu entender, o corpo burocrático não é, em essência, político:

Não é, como já afirmamos, tarefa de um burocrata entrar no embate político em defesa de suas idéias e, nesse sentido, fazer política, o que é sempre uma luta. Pelo contrário, para ele é de honra manter-se suprapartidário, portanto, conseguir superar suas próprias tendências e opiniões, para ser capaz de levar a cabo tarefas gerais ou específicas de forma consciente e conveniente, principalmente, quando sua execução contraria suas próprias convicções. (WEBER, 1993, p. 72)

A luta política deve ser conduzida por políticos profissionais, ou seja, que façam da política uma vocação (WEBER, 1993, p. 84). Daí que para o desenvolvimento político da Alemanha Weber advogue a necessidade de um parlamento forte, composto por estes políticos e com a função principal de controlar o burocrático funcionalismo público. É neste contexto que insere-se sua idéia de democracia. Segundo ele, uma democracia sem parlamento “seria uma forma totalmente pura da dominação burocrática acima de qualquer controle, muito nossa conhecida que se chamaria de “regimento monárquico”. Ou, se fosse relacionada com a organização da administração, esperança desses “socialistas”, seria uma réplica moderna e racional do antigo “Estado litúrgico”” (WEBER,

1993, p. 120). Em contraposição à possibilidade de um socialismo na Alemanha (novamente recorre a imagem do Egito antigo), Weber defende uma “democracia” parlamentarista onde “a negociação política é regida pelo “princípio das minorias”, isto é, pela capacidade de manobra política superior de pequenos grupos dirigentes. Essa característica elitista é inevitável em sociedades de massa” (WEBER, 1993, p. 68). A democracia não é a expressão da soberania popular, mas se exprime através da competição de grupos organizados (partidos) e de seus respectivos dirigentes pelos votos do eleitorado a fim de obter o poder.

Diante desta perspectiva política inevitável também é o elitismo da representação weberiana da Antigüidade. Sua defesa da exclusão de parcelas da população da participação política repercute, por exemplo, em uma afirmação que faz na discussão bibliográfica das *Relações agrárias na Antigüidade*. Referindo-se às obras de dois historiadores alemães escreve que suas interpretações da história grega derivam de “um erro básico, aquele de crer que apenas, ou sobretudo, as camadas economicamente subalternas conduzem as revoluções. A história ensina o contrário”¹⁷. De fato nesta obra de Weber são os grupos dirigentes, a minoria, que conduzem a

política e a economia e, conseqüentemente, a transformação dos Estados.

Conclusão

O capitalismo e burocracia são, portanto, para Weber conceitos relevantes para o estudo da economia antiga em sua relação com a política pois permitem analisar o grau de liberdade econômica privada possível nas diferentes organizações estatais da Antigüidade. Esta problemática, por sua vez, deriva Weber do modo como concebe os impasses da modernidade. O mundo moderno rumo em direção a uma crescente burocratização que, ao mesmo tempo, que promove a expansão do capitalismo, ameaça anulá-lo. Este processo que vislumbra como potencial no mundo moderno, na sua representação do mundo antigo aparece como realizado. Em outras palavras, a possibilidade da formação de uma Alemanha como potência econômica e militar na Europa se, por um lado, traz consigo a imagem do Império romano, por outro, salienta também seus dilemas estruturais, como a burocratização. Neste sentido, pelas aproximações que faz Weber entre passado e presente, a Antigüidade não é pura e simplesmente um reflexo invertido do mundo moderno, como a retrata Moses Finley, aquele que é considerado o mais weberiano dos historiadores.

Finley afasta-se de Weber, em primeiro lugar, por caracterizar a economia antiga como uma unidade, sem variações espaciais ou temporais, e, em segundo lugar, por tomar a economia capitalista moderna como parâmetro, não à maneira de Weber, como tipo ideal, mas como uma categoria já efetivada historicamente e sem contradições. A conseqüência disto é bem acentuada por Jean Andreau. Trata-se “de fornecer às instituições e às situações atuais uma justificação intelectual da qual não são dignas, e de reforçar nossa impressão tranquilizadora e ingênua (mas ilusória) de que são eternas, ou ao menos imortais, pois já ingressamos na modernidade”¹⁸. Ora, a moderni-

¹⁷ WEBER, 1992b, p. 364. Esta observação talvez seja uma alusão ao *Manifesto Comunista* de Marx e Engels, negando, porém, a legitimidade de uma revolução proletária. No *Manifesto* lemos: “Na história, todos os movimentos sociais foram desencadeados por minorias em proveito de minorias. Já o movimento proletário caracteriza-se por ser um movimento consciente e autônomo de uma maioria esmagadora, em proveito dessa mesma maioria.” (MARX & ENGELS, 1984, p. 28). Sobre este ponto poderíamos acrescentar ainda uma observação feita por Wolfgang Mommsen. Segundo ele, Weber compartilha a concepção (muito próxima da advogada por Nietzsche) de que são apenas os grandes indivíduos que conduzem o processo histórico, advindo daí sua ênfase na questão do carisma (MOMMSEN, 1965, p. 571).

dade para Weber não está isenta de críticas, sendo que a explicação do passado mediante a elaboração de tipos ideais visa sobretudo compreender os dilemas do presente. Neste sentido, se os pressupostos políticos nitidamente elitistas que norteiam sua representação da Antigüidade podem (e até devem) ser questionados, as considerações metodológicas aí contidas merecem ser retomadas e discutidas.

Bibliografia

- ANDREAU, Jean. "L'économie antique: présentation". *Annales*, 5, 1995, p. 947-960.
- AUSTIN, Michel & VIDAL-NAQUET, Pierre. *Economies et sociétés en Grèce ancienne*. Paris, Armand Colin, 1972.
- BRUHNS, H. "De Werner Sombart a Max Weber et Moses I. Finley: la typologie de la ville antique et la question de la ville de consommation", in LEVEAU, Philippe (org.). *L'origine des richesses dépensées dans la ville antique*. Aix-en-Provence, Université de Provence, 1985, p. 255-273.
- COLLIOT-THÉLÈNE, Catherine. *Max Weber e a história*. São Paulo, Brasiliense, 1995.
- FAVERSANI, Fábio. "Popper, Ciência e História Antiga". *Síntese Nova Fase*, 25, 1998, p. 527-550.
- FINLEY, Moses I. "The ancient city: from Fustel de Coulanges to Max Weber and beyond", in FINLEY, M. I. *Economy and society in ancient Greece*. Edited by Brent D. Shaw & Richard P. Saller. Nova Iorque, Penguin Books, 1983, p. 3-23.

Agradecimentos

Agradeço à professora Maria Beatriz Borba Florenzano que me incentivou a escrever esse trabalho. Também sou grato aos professores Norberto Luiz Guarinello, Fábio Faversoni e Pedro Paulo A. Funari que leram e comentaram o artigo. Os equívocos remanescentes são de responsabilidade do autor.

- FINLEY, Moses. I. *A economia antiga*. Porto, Afrontamento, 1986.
- GARNSEY, Peter & SALLER, Richard. *The Roman Empire: economy, society and culture*. Londres, Duckworth, 1987.
- GIDDENS, Anthony. "Marx, Weber e o desenvolvimento do capitalismo", in GERTZ, René E. (org.) *Max Weber e Karl Marx*. São Paulo, Hucitec, 1997, p. 120-145.
- GIDDENS, Anthony. "Política e sociologia no pensamento de Max Weber", in GIDDENS, Anthony. *Política, sociologia e teoria social*. São Paulo, Editora da Unesp, 1998, p. 25-71.
- GRESPLAN, Jorge Luís da Silva. *O negativo do capital: o conceito de crise na crítica de Marx à economia política*. São Paulo, Hucitec, 1998.
- GUARINELLO, Norberto Luiz. "A economia antiga e a arqueologia rural: algumas reflexões". *Clássica*, 7/8, 1994/1995, p. 271-283.
- HABERMAS, Jürgen. *Théorie de l'agir communicationnel*. vol. I. Paris, Fayard, 1987.

¹⁸ ANDREAU, 1995, p. 948. Discordamos, porém, da proposta de Andreau de buscar subsídios para redirecionar o estudo da economia antiga na obra de Paul Veyne (cf. ANDREAU, 1995, p. 949). Isto porque representa justamente a renúncia a construir qualquer modelo explicativo satisfatório recorren-

do ao puro empirismo (para uma crítica do anti-cientificismo de Veyne ver FAVERSANI, 1998, p. 545). Como esperamos ter deixado claro a principal contribuição de Weber para a História Antiga reside na sua ênfase em uma metodologia científica.

- HEUSS, Alfred. "Max Webers Bedeutung für die Geschichte des griechisch-römischen Altertums". *Historische Zeitschrift*, 201, 1965, p. 529-556.
- KAERST, J. "Die universalhistorische Auffassung in ihrer besonderen Anwendung auf die Geschichte des Altertums". *Historische Zeitschrift*, 83, 1899, p. 193-225.
- KOCKA, Jürgen. "Objeto, conceito e interesse", in GERTZ, René E. (org.) *Max Weber e Karl Marx*. São Paulo, Hucitec, 1997, p. 32-69.
- LOVE, John. *Antiquity and capitalism: Max Weber and the sociological foundations of Roman civilization*. Londres, Routledge, 1991.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo, Global, 1984.
- MOMMSEN, Wolfgang J. "Universalgeschichtliches und politisches Denken bei Max Weber". *Historische Zeitschrift*, 201, 1965, p. 557-612.
- PEARSON, Harry W. "The secular debate on economic primitivism", in POLANYI, Karl, ARENSBERG, Conrad M. & PEARSON, Harry W (eds.). *Trade and market in the early empires*. Illinois, Free Press, 1957, p. 3-11.
- RAYNAUD, Philippe. *Max Weber et les dilemmes de la raison moderne*. Paris, PUF, 1987.
- WEBER, Max. *História geral da economia*. São Paulo, Editora Mestre Jou, 1968.
- WEBER, Max. *Metodologia das ciências sociais*. Parte I. São Paulo, Cortez Editora, 1992a.
- WEBER, Max. *Storia economica e sociale dell'antichità: i rapporti agrari*. Roma, Editori Riuniti, 1992b.
- WEBER, Max. *Parlamento e governo na Alemanha reordenada: crítica política do funcionalismo e da natureza dos partidos*. Petrópolis, Vozes, 1993.
- WEBER, Max. *História agrária romana*. São Paulo, Martins Fontes, 1994.
- WEBER, Max. *Economía y Sociedad: esbozo de sociología comprensiva*. México, Fondo de Cultura Económica, 1996.
- WILL, Édouard. "Trois quarts de siècle de recherches sur l'économie grecque antique". *Annales*, 9, 1954, p. 7-22.